



PROCESSO N.º: 085/2018

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição eventual e futura de luminárias públicas LED para eficiência da iluminação pública no Município de Patos de Minas/MG.

**FASE:** Revogação.

Sr(a). Pregoeiro(a) e membros da equipe de apoio,

A Controladoria Geral do Município de Patos de Minas, no uso de suas competências conferidas pelos art. 70 e 74, da Constituição Federal, art. 75 a 78 da Lei n.º 4.320/64, art. 59 da LRF, art. 63 a 66 da L.C n.º 33/94 (Lei Orgânica TCE/MG) e IN 008/03 TCE/MG, alterada pela IN 006/04, regulamentadas pelo Decreto Municipal n.º 2.535, de 19/02/03, considerando as disposições da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, após análise do **Pregão Presencial 023/2018**, sugere a observância da análise abaixo para encaminhamento do procedimento à autoridade competente para aprovação, visando cumprir o disposto no **art. 49**, da Lei n.º 8.666/93.

Item	Base Legal: 8.666/93 e 10.520/02	Do Processo	Observações:
1	Art.38 (Lei 8.666/93)	O processo foi devidamente autuado, protocolado, numerado, contendo autorização respectiva, indicação sucinta do objeto e do recurso próprio para a despesa (campo do ordenador da despesa e despacho de disponibilidade de recursos financeiros nas requisições, bem como 3 cotações de preços ou justificativa).	Ok.
2	Art.38, III (Lei 8.666/93)	Contém ato de designação da comissão de pregão (Portaria).	Ok.
3	Art. 1º, § único (Lei 10.520/02)	Modalidade de licitação escolhida adequa-se em função dos limites legais estabelecidos.	Ok.
4	Art.38, I e § único (Lei 8.666/93)	Consta edital e respectivos anexos (minutas previamente examinadas e aprovadas pela assessoria jurídica).	Ok.
5	Art. 40, §1º, (Lei 8.666/93)	A cópia do edital está datada rubricada em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expediu.	Ok.
6	Art. 4º II e IV (Lei 10520)	Comprovante das publicações do edital (em acordo com legislação).	Publicado no DOE, e Jornal "Aqui".
7	Art. 15, § 1º único (Lei 8.666/93)	O registro de preços foi precedido de ampla pesquisa de mercado.	Ok.
8	Art. 15, § 2º único (Lei 8.666/93)	Consta que os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial/Placard/Site.	Ok.
7	Art. 4º XIII e XIV (Lei 10.520/02)	Constam original das propostas e documentos devidamente rubricados pelos licitantes presentes, pregoeiro e equipe de apoio.	Ok.
8	Art. 38, V (Lei 8.666/93)	Constam atas, relatórios e deliberações da comissão de pregão.	Ok.
9	Art. 38, VI (Lei 8.666/93)	Constam pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação.	Ok.
10	Art. 4º, X (Lei 10.520/02)	Julgamento e classificação das propostas em conformidade c/ edital.	Ok.
11	Art. 4º, XVIII (Lei 10.520)	Foi observado o prazo recursal determinado.	Ok.
12	Art. 4º XVIII, XIX e XX (Lei 10.520)	Constam recursos, eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões.	Ok. Constam Recursos, porém não constam as decisões devido à solicitação de Revogação.
13	Art. 9º (Lei 10520) e Art. 38 IX (Lei 8666)	Constam despachos de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente.	Processo Revogado. Conforme solicitação (fls. 3962-3963); Cotação de Preços (fls. 3964-3991), e Parecer Jurídico (fls. 3993-3995).
	t. 4º, XXI e XXII (Lei 10.520/02)	Constam atos de adjudicação do objeto da licitação e de homologação do procedimento.	Não é o caso.



15	Art. 49 (Lei 8666)	Consta Termo de Anulação/ Revogação aprovado pela Autoridade Competente.	Encaminhar à autoridade competente para aprovação.
16	Art. 49 §3º (Lei 8666)	Foi assegurado o contraditório e a ampla defesa	Assegurar aos interessados.
17	Art. 38, X e § Único; Art. 62 § 4º	Consta termo de contrato ou instrumento equivalente, vistado pela assessoria jurídica (dispensado para compra com entrega imediata)	Ok.
18	Art.61, § único	Publicação do Extrato do Contrato.	Não é o caso.
19	Art. 27, Incisos I a V e Art. 32, § 3º	Observância de documentação de habilitação: CRC válido e declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da C.F.	Ok

OBS.: - Após atendimento aos itens 15 e 16, dar publicidade ao ato de revogação do certame, pela mesma forma que se deu a publicação do edital.

Patos de Minas, 05 de novembro de 2018.

  
Aldirlei Luiz Ferreira  
TNS- I/ Administrador de Empresas

  
Gisele Cristina Pereira  
Controladora Geral do Município